

ATRASADO

Contrato de R\$ 29 milhões vence e Aquário vai ficar ainda mais caro

Fluidra, que instala os aquários, pediu novo aditivo contratual; governo depende dela para fixar cronograma

RAFAEL BUENO E
ALINY MARY DIAS

O Aquário do Pantanal, que já custou pelo menos R\$ 244 milhões aos cofres do governo do Estado, poderá ficar ainda mais caro. O contrato com a Fluidra Brasil Indústria e Comércio, de pouco mais de R\$ 29 milhões, vence na próxima quinta-feira; a empresa já pediu um aditivo contratual, ainda sob negociação.

É a Fluidra que realiza os “serviços de suporte à vida” no empreendimento, e o governo do Estado só depende dela para fechar o cronograma de obras do aquário para conseguir, enfim, marcar uma data de inauguração para a obra, que teve início em 2011.

O valor solicitado pela empresa não foi divulgado, mas em dezembro o ex-governador André Puccinelli já tinha autorizado aditivo no valor de R\$ 4.093.617,74, para a continuidade do contrato, por mais 120 dias.

O contrato inicial foi firmado em 15 de maio do ano passado, ao valor de R\$ 25.087.950,77. Mas com o acréscimo do primeiro aditivo, em dezembro, o valor subiu para R\$ 29.181.568,51.

Conforme determina o contrato, a Fluidra fica responsável por promover todo o aparato necessário para garantir as condições para sobrevivência das espécies que ficarão em exposição no aquário. Apesar do nome do objeto do contrato, é de outra

90

DIAS
Ontem o governador do Estado, Reinaldo Azambuja, prorrogou por mais 90 dias os trabalhos da comissão criada no início do ano para investigar os contratos do Aquário do Pantanal.

empresa, a Anambi Ambiental, a responsabilidade pela manutenção dos peixes que habitarão o aquário até sua inauguração, ainda sem data. O contrato com a Anambi é de R\$ 5 milhões.

Desde que foi lançado pelo ex-governador André Puccinelli, o Aquário do Pantanal já consumiu mais de R\$ 244 milhões dos cofres públicos, entre contratos com empreiteiras, indústrias de acrílicos, além dos aditivos contratuais e suplementações orçamentárias.

Prorrogação

Sem chegar a nenhuma conclusão ou divulgar a constatação de algum tipo de irregularidade no prazo estabelecido, a comissão de auditoria criada pelo governador Reinaldo Azambuja (PSDB) para levantar todos os detalhes da obra do Aquário do Pantanal terá mais 90 dias para concluir a investigação.

Assim que assumiu o governo do Estado, Azambuja



VALDENIR REZENDE

OBRA. Atualmente, obra está no estágio final e já deve entrar, em breve, na fase de acabamento, quando cenografia de ambientes será feita

decretou, logo na primeira semana da gestão, a criação da comissão. O grupo tinha um prazo de 90 dias para analisar, avaliar e concluir a legalidade dos contratos e custos da obra emblemática de André Puccinelli.

Fazem parte da comissão os secretários de Governo, Eduardo Riedel, de Infraestrutura, Marcelo Miglioli, e de Meio Ambiente, Jaime Verruck. Também foram convidados pelo governo para fazer parte da comissão representantes da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), do Ministério Público Estadual (MPE), do Tribunal

de Contas do Estado (TCE) e dos conselhos de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e de Engenharia e Agronomia (CREA).

À época, o governador autorizou que uma empresa externa especializada em auditoria fosse contratada para auxiliar nos trabalhos, caso os integrantes da comissão julgassem necessário, mas nenhuma contratação foi feita. No decreto que estipulou o prazo de 90 dias para conclusão da análise, o governador autorizou que o prazo pudesse ser prorrogado, apenas uma vez, por mais três meses.

Um dos integrantes da

comissão, o secretário de Governo, Eduardo Riedel, afirmou à reportagem que a prorrogação foi necessária, principalmente, em razão da complexidade do levantamento, procedimento demorado, segundo o secretário.

“Nós tivemos que tomar pé da situação e em um primeiro momento entender todos os contratos envolvidos, até porque não é só a questão da obra, e sim da manutenção. Nossa opção inicial foi checar todas as medições que tinham sido feitas para que a comissão pudesse jogar luz sobre o empreendimento”, disse. Quando questionado

sobre o motivo da prorrogação do prazo dos trabalhos da comissão, Riedel reassaltou as preocupações relacionadas à segurança. “O presidente da comissão [Marcelo Miglioli] achou por bem prorrogar porque está sendo feita uma análise de segurança e a gente não sabia o que iria encontrar, até porque existiam denúncias sobre laje que caiu, terreno que afundou. Então estamos fazendo essas medições porque o principal objetivo é a segurança e qualidade, e isso leva tempo”, completou Riedel.

R\$ 15,2 MILHÕES

Convênio entre prefeitura e Santa Casa chega ao fim

LUCIA MOREL

Os serviços da Santa Casa de Campo Grande podem ficar inviabilizados sem a renovação do contrato entre a prefeitura e o hospital. Renovada em dezembro de 2014 e válida até hoje, a contratualização permite que os repasses dos governos federal, estadual e do próprio município sejam feitos para a Associação Beneficente (ABCG), que mantém a unidade de saúde. No entanto, a entidade afirma que, até agora, a prefeitura não se manifestou sobre a retomada do convênio.

Atualmente, o contrato prevê repasse de R\$ 15.255.874,52 mensais, sendo R\$ 10.218.874,52 da União, via Sistema Único de Saúde (SUS), R\$ 820 mil do Estado e R\$ 4,2 milhões do município. O que a prefeitura repassa faz parte de um acréscimo feito no fim do ano passado, em que o pre-

feito Gilmar Olarte se comprometeu a ajudar o hospital com mais R\$ 3 milhões ao mês. Até dezembro do ano passado, o repasse da administração municipal à Santa Casa era de apenas R\$ 1,217 milhão.

A Santa Casa pediu, na época, que o aumento fosse de R\$ 4 milhões, mas Olarte ofereceu R\$ 3 milhões e se comprometeu a estudar a possibilidade de maior repasse durante o tempo de vigência do contra-

to que terminou ontem. No entanto, conforme a entidade, o secretário de saúde Jamal Salem está em viagem e o prefeito não se manifesta sobre a continuidade da contratualização.

O risco, nesse caso, é de a Santa Casa ficar sem receber os recursos que a mantém, prejudicando o atendimento, já deficitário, prestado à população através do SUS. Para o diretor presidente da ABCG, Wilson Teslenko, o hospital vai continuar atendendo a população “enquanto puder”, mesmo sabendo que pode não receber pelos serviços prestados a partir de amanhã.

MIRIM

Município negocia retomada de instituto

Ficou marcada para o dia 10 de abril reunião que vai definir o destino do Instituto Mirim de Campo Grande. A guerra entre a atual administração da entidade e o prefeito Gilmar Olarte pode ter um fim, caso o estatuto seja, mais uma vez, reformulado, mantendo os direitos da prefeitura sobre a entidade e garantindo que seus dirigentes tenham mandatos vinculados ao do prefeito municipal.

Em audiência pública na Câmara dos Vereadores ontem à tarde, o presidente da

Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final da Casa de Leis, Aírton Saraiva, informou que a ideia é que todos os dirigentes do instituto sejam nomeados pela prefeitura e a vigência de seus cargos dure quatro anos, mesmo período do mandato de prefeito. “Os atuais dirigentes têm mandato até dia 15 de abril. A partir daí, o prefeito nomeia novos nomes que ficam à frente da entidade até o final de seu mandato”. **(LM)**

LIXO

Projeto vai beneficiar 1,4 mil catadores em MS

GABRIELA COUTO

Um total de 1,4 mil catadores de material reciclável das cidades de Campo Grande, Corumbá, Dourados, Ponta Porã e Três Lagoas serão atendidos pelo projeto “MS Sustentável”, lançado ontem pelo governo do Estado, que contará

com investimentos de R\$ 5,2 milhões - a maior parte (R\$ 5 milhões) com recursos do governo federal, por meio do Ministério do Trabalho.

A iniciativa consiste em promover a melhoria das condições de trabalho dos catadores.

“Esse projeto vai reestruturar todo o segmento de catadores, catadoras e agentes de meio ambiente de Mato Grosso do Sul. Primeiro, com estrutura de equipamentos e, segundo, com organização social para ter o ganho dividido por todos, e não como existe hoje. Não é justo aquelas pessoas que, no dia a dia, trabalham com esse material e não têm uma organização”, reforçou o governador Reinaldo Azambuja.



ALVARO REZENDE

ARY COELHO FECHARÁ ÀS SEGUNDAS

A Praça Ary Coelho, a mais central de Campo Grande, ficará fechada uma vez por semana para manutenção. De acordo com a assessoria de imprensa da prefeitura, em todas as segundas-feiras pela manhã, a praça ficará interditada. **(AMD)**